

INFLUÊNCIAS SOCIOLÓGICAS NO DESENVOLVIMENTO DO FEMINISMO NO BRASIL: a ditadura como marco divisório

Beatriz Carvalho Torres Mendes

UEFS

Resumo: O presente artigo pretende apresentar os pensamentos sociológicos que permearam a luta armada brasileira contra a ditadura tendo como protagonista o desenvolvimento do feminismo brasileiro, em seus aspectos endógenos e exógenos, produzindo assim a identidade feminista que conhecemos hoje. Para tanto utiliza-se de uma revisão bibliográfica acerca da produção nacional sobre a temática, com amparo conceitual de Joan Scott, ponto este que será base epistemológica para a confecção deste artigo.

Palavras-chave: Feminismo, luta armada, ditadura, guerrilha.

INTRODUÇÃO

Compreender a inserção das mulheres na história, numa perspectiva sociológica e materialista, implica reescrever o passado da humanidade, atentando não apenas para suas lutas isoladas, mas refletindo sobre o seu papel na formação política do mundo como o conhecemos. Para que essa inserção da mulher na história ocorra de forma completa e justa, é necessário recorrer ao desenvolvimento do papel dos sexos como uma categoria de análise, buscando fundamento nos três eixos sob os quais as desigualdades de poder estão organizadas: classe, raça e gênero.

No entanto, a fundamentação baseada nesses segmentos é, teoricamente, recente. Isso porque, diferente dos outros eixos, a classe tem um estudo direcionado. Quando se fala em classe, recorre-se a fundamentos econômicos e

sociológicos trazidos por Karl Marx e Friedrich Engels, como o próprio conceito de materialismo, trazido anteriormente. Enquanto isso, raça e gênero são tratados em um contexto histórico temporal totalmente diferente, mostrando como ao longo do tempo as vozes de mulheres foram silenciadas por estudos dos mais diversos tipos.

Além dessa demora no estudo de raça e gênero, há também a diferença no cunho da pesquisa. Nos últimos trinta anos os debates sobre gênero e raça se desenvolvem a partir da categoria de identidade e orientação, expressando assim uma abordagem de cunho pós-moderno com uma perspectiva individualista e de celebração da representatividade. Existe, entretanto, um esforço constante para se atenuar esse atraso, com base em um enfrentamento das raízes



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero.

históricas do problema. Na primeira delas, procura-se identificar a causa das desigualdades e das diferentes experiências sociais vividas entre homens e mulheres, na outra, tenta-se aprofundar as rasas e descritivas pesquisas de historiadoras(es) feministas, que, ao separar a história feminina da história geral ratificam a ilusão de que as mulheres não participaram ativamente da história da humanidade.

Consolida-se esse entendimento através de uma leitura de mundo na qual, sob uma perspectiva didática, os grandes eventos ocorridos, como a Revolução Industrial, e as duas Grandes Guerras, trazem como marco feminista o movimento sufragista, que, em alguma medida, teria um teor autocentrado e racista em seu âmago. É como se a mulher tivesse participado ativamente das lutas que a humanidade travou apenas em seu “benefício”. Não se fala das Marias-Bonitas, que travaram lutas intensas contra o imposto pelo meio, das Erins Brockovichs que abandonaram diversos aspectos de suas vidas em prol de um objetivo maior e quase altruísta.

A inteligência e perspicácia feminina virão a ganhar visibilidade somente em filmes e livros, como em *Estrelas Além do Tempo*,

protagonizado por Octavia Spencer, Tarasi P. Henson e Janelle Monáe ¹, e com os livros e contos escritos por mulheres como Jane Austen, Clarisse Lispector, Agatha Christie e J.K. Rowling, bem como nos ensaios escritos por Rebecca Solnit e, mesmo sendo divulgados em meios públicos e acessíveis, não são tão populares quanto os livros didáticos distribuídos em escolas públicas e vendidos para estudantes de escolas particulares, quase sempre escritos por homens. A forma de inclusão da mulher na história tem sido conquistada através de sua inserção nas artes visuais, nas artes cênicas e na própria literatura, por vezes, enfrentando dificuldades nas disputas pela popularização das obras, em relação a outros artistas.

Assim, a palavra “gênero” ganha novos contornos com a inserção, ao menos no mundo das artes, da mulher, que passa a reivindicar seu papel de sujeito histórico e agência coletiva. Torna-se fundamental, que recontemos a história na perspectiva do feminino de maneira apropriada e fazendo jus às nossas lutas e batalhas. Para demonstrar o quão importante e essencial a luta feminina foi e continua sendo, que apresento este artigo com um olhar na ditadura no Brasil de 1964, a

¹ O filme “*Estrelas Além do Tempo*” trata sobre a história real de três mulheres negras com conhecimentos avançados em ciências exatas dentro do sistema englobado pela NASA da Guerra Fria, combatendo o preconceito do sistema em que estão

inseridas. Este filme é posto no presente artigo com o intuito de exemplificar como o mundo das artes já traz a luta feminina dentro de ambientes masculinizados, mostrando que esta sempre existiu e se mantém.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

trajetória feminista brasileira ao longo dos tempos.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica de livros e artigos que tratam sobre gênero e acerca do período da ditadura empresarial-militar, que se iniciou em 1964 no Brasil.

RESULTADOS

Uma breve epistemologia de gênero:

Atenas e suas nuances

Para entender como é importante atrelar os estudos teóricos à prática, antes de partirmos para a análise do papel da mulher na luta armada no Brasil, devemos entender como a questão do gênero era abordada no momento anterior ao golpe de 1964, no mundo e no Brasil, para assim construir um paralelo entre a transição teórica e a vida real, exercitando a práxis.

A partir da fala de Gladstone, em 1878, “Atenas não tinha nada do sexo além do gênero, nada da mulher além da forma”, usado em um texto de Joan Scott (1995) sobre gênero em sua análise histórica, trago as minhas impressões sobre o significado hodierno mais

amplo de “gênero”, através da visão epistemológica de feministas sobre esta palavra tão banalizada e polêmica. Afinal, quando explorada, o é apenas no aspecto gramatical, que, não necessariamente atrela um sentido social à palavra, como exemplificado por Scott:

Na gramática, o gênero é compreendido como uma forma de classificar fenômenos, um sistema socialmente consensual de distinções e não uma descrição objetiva de traços inerentes. Além disso, as classificações sugerem uma relação entre categorias que torna possíveis distinções ou agrupamentos separados. (SCOTT, 1995, p. 72)

O seguinte excerto traduz o que Natalie Davis e diversas outras estudiosas do feminismo procuram desconstruir, através de um trabalho que consista em unir e entender as dinâmicas sociais de homens e mulheres para que possamos entender de onde surge o problema da desigualdade e da consequente violência: “Segundo esta visão, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e não se poderia compreender qualquer um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado” (SCOTT, 1995).

Com o intuito de fragilizar todo o arcabouço da violência, as escritoras feministas baseiam-se em um ponto de partida



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

único que, segundo Joan Scott, é um esforço para explicar as origens do patriarcado e de onde vem essa necessidade de opressão. Mary O'Brien, ao adaptar Hegel ao contexto da opressão masculina traz o entendimento de que a dominação masculina é o efeito dos desejos dos homens de transcender sua alienação dos meios de reprodução da espécie (O'BRIEN, 1981).

Através da inserção do pensamento de Sulamith Firestone (1970), com sua visão mais materialista, percebe-se que a ideia, ou até teoria, é de que os homens, percebendo a importância que a mulher tem no contexto do trabalho por, literalmente, produzir e gestar os trabalhadores, tentam enterrar essa noção, dando mais ênfase e importância ao próprio trabalho do que àquele que o exerce, e para tanto, se vale de uma violência que se baseia única e puramente no poder da alienação.

No entanto, a concepção materialista do gênero não fica relacionada apenas à reprodução, pois, marxistas como Catherine MacKinnon (1982, p.515) trazem, por exemplo, a questão da sexualidade: “A objetificação sexual é o processo primário de sujeição das mulheres. Ela liga o ato com a palavra, a construção com a expressão, a percepção com a efetivação [...]. O homem fode a mulher; sujeito verbo objeto”.

A esse tipo de teoria, pode-se unir a teoria inicial de Mary O'Brien (1970), se o viés sob o qual a analisamos for o da reprodução vinculada à força de trabalho, pois, seguindo uma lógica puramente biológica, é através da fertilização que se dá origem ao zigoto, com potencial para formar uma nova vida completa. E, ao trazer a questão da sexualidade da mulher posta como objeto, essa fertilização se torna monopolizada pelo homem, fazendo com que ele se porte como superior a mulher nesse quesito. Porém, para que se inicie uma nova vida é necessária a união entre homem e mulher, e posteriormente que a mulher, se sinta no direito e no dever, e com vontade de manter essa vida pelos iniciais nove meses e depois por mais alguns anos.

As teorias do patriarcado, mesmo que se apresentem sob uma suposta base materialista, são estritamente biológicas, não buscando entender outras realidades que abarcam os empecilhos à igualdade. Tornam-se, portanto, necessárias outras teorias para um melhor entendimento da desigualdade e da violência. Caso não façamos essa interligação entre as teorias, o patriarcado no final continuará sendo atrelado ao capitalismo, sem que suas raízes próprias e singulares sejam descobertas e podadas. A necessidade que o homem tem de mostrar seu poder perante as mulheres é maior e mais antiga do que o capitalismo (SCOTT, 1995).



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Buscando outras formas de confrontar

essa diferença binária, percebe-se que há uma relutância em encará-la de forma não fixa, pois até estudos de psicanalistas, feministas ou não, em suas pesquisas e críticas mais profundas não conseguem se desprender dessa distinção do ser homem e do ser mulher em categorias antagônicas e não relacionais, utilizando-se de um contexto de independência e de superioridade dos homens face às mulheres. Percebe-se que entender gênero ainda não chegou em sua metodologia ideal, que seria uma total e pura desconstrução do sentido que se tem da palavra atualmente, para ser reconstruída observando e agregando a relação intrínseca e complexa entre o homem e a mulher, por um viés histórico, como Joan Scott convida Jacques Derrida a guiar, em seu texto, a partir de uma metodologia específica:

Se utilizamos a definição de desconstrução de Jacques Derrida, essa crítica significa analisar, levando em conta o contexto, a forma pela qual opera qualquer oposição binária, revertendo e deslocando sua construção hierárquica, em vez de aceitá-la como real ou autoevidente ou como fazendo parte da natureza das coisas. (SCOTT, 1995, p. 84)

Deve-se levar em conta que os papéis de gênero não são natos do ser humano, mas

são um reflexo da sociedade, que devido a um motivo ainda desconhecido, insiste em manter a mulher num papel subalternizado face ao homem. É imprescindível que as investigações procurem inserir, numa perspectiva diferente da atual que mantém uma separação social entre homens e mulheres, uma situação de equidade para que seja possível uma projeção desses estudos na realidade.

Derrida traz com o pós-estruturalismo essa possibilidade de quebra na linearidade da construção textual e que pode ser empregada no sentido de desconstrução do desenvolvimento dos estudos sobre gênero. Não é mais cabível estudar a mulher separada do homem, mas os dois em conjunto, pois apenas com esse diálogo há como ultrapassar esta barreira de machismo que os separa.

DISCUSSÃO

Feminismo na ditadura: O início da inserção das mulheres na história brasileira após a derrota na luta armada

Esta desconstrução epistemológica e científica do estudo sobre gênero pode ser percebida no contexto social e cru da realidade no Brasil. Isso é exemplificado pelo comportamento das mulheres durante a luta armada na ditadura, pois começou-se a perceber, a partir das mudanças que ocorreram nas demandas femininas após a derrota na luta



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

armada, que havia espaço no combate para as necessidades e participação feminina.

O feminismo no Brasil acorda de uma inércia causada pela montanha-russa política até 1970, após a derrota brasileira na luta armada, derrota essa que foi assistida e sofrida por muitas mulheres que lutaram com os homens. Essa união das mulheres brasileiras ao feminismo, através da guerra, da “associação” com armas e de uma postura entendida como masculina, modificou as concepções sobre o que é gênero e sobre as relações interacionais entre homens e mulheres: “[...] como apontou Garcia (1997), “transformou-se em um instrumento sui generis de emancipação, na medida em que a igualdade com os homens é reconhecida, pelo menos retoricamente. ” (SARTI, 2001, p.03)

O fato das mulheres terem conseguido adotar uma postura mais associada ao masculino e ao mesmo tempo, permanecendo com características tidas como femininas e essencialmente mulheres, trouxe ao estudo feminista no Brasil uma característica de maior comunhão e solidariedade. A partir da união feminina neste período tão perigoso da história brasileira, ao lado dos homens, produzindo resultados, que mesmo sendo insatisfatórios, foram significativos, começou-se a entender a que revolução não seria apenas incisiva, mas também feminista.

Com essa pequena revolução de valores e preconceitos, começamos a rememorar as importantes lutadoras do Brasil, que atuaram de forma individual - como Joana D’arc e Maria Bonita - que se disfarçaram de homens e abriram mão de sua expressão como mulheres, mesmo que momentaneamente, para batalhar por melhores condições de vida para todos.

Partindo para uma perspectiva histórica, no final de 1960, com sua efervescência cultural, deu-se largada a um processo de expansão do mercado de trabalho e criação de novas oportunidades, mesmo que tímidas e ínfimas, para as mulheres.

Isto junto à ascensão de pesquisas atreladas ao emocional e ao psicológico humano e principalmente a sexualidade tanto feminina quanto masculina, abriu um leque de possibilidades para o início da expressão do feminismo brasileiro através, de uma perspectiva desconstrutiva e que refundou os estudos sobre o feminismo brasileiro, com base na metodologia derridariana.

Todas essas mudanças foram fundamentais num contexto mundial, pois a partir delas a ONU se inseriu nessa discussão:

O reconhecimento oficial pela ONU da questão da mulher como problema social favoreceu a criação de uma fachada para um



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

movimento social que ainda atuava nos bastidores da clandestinidade, abrindo espaço para a formação de grupos políticos de mulheres que passaram a existir abertamente, como o Brasil Mulher, Nós Mulheres, o Movimento Feminino pela Anistia, citando apenas os de São Paulo. (SARTI, 2001, p.36)

Para traçar uma espécie de linha do tempo, informa-se que o movimento feminista no Brasil começou com associações de bairro, o que coaduna com contemporaneidade no movimento feminista dentro do Movimento Sem-Terra, cujo lema base é “ Queremos continuar na cozinha”, expressando assim a necessidade das mulheres se organizarem a partir dos espaços que lhe foram delegados, mas com uma visão totalmente diferente de sua função e importância perante um contexto mais amplo e social.

Atacar o mal pela raiz adquire um significado subjetivo e de retomada ideológica dos espaços delegados tornando assim a desconstrução seja realmente efetiva.

Porém a luta feminista não ocorre apenas em lugares de conforto. A primeira frente de batalha do movimento feminista brasileiro da década de 1970 foi contra a Igreja. Poucos grupos sociais durante a história se levantaram contra a Igreja, e até agora essa

vinculação permanece ativa. Isso é notório nas comunidades indígenas e quilombolas, que estão entrando novamente num processo de cristianização e não deixaria de ser significativo e expressivo contra mulheres, as bruxas e feitiçeras.

A batalha feminista contra a Igreja se deu através de uma improvável união dessas duas frentes contra o autoritarismo, já que, como o cenário político ao mesmo tempo que era opressor estava enfraquecido, a Igreja não tinha onde se apoiar para se manter, partindo assim para o lado da oposição. Porém, ao mesmo tempo que houve essa união, o movimento feminista continuou a traçar seus objetivos e principalmente a sua identidade dentro do contexto religioso, o que, convenhamos, é um enorme avanço em se tratando de expressão feminina não apenas no Brasil, mas no mundo como um todo. Avanço que se deu em termos próprios, ditados pela Igreja:

Desacordos sabidos eram evitados, pelo menos publicamente. O aborto, a sexualidade, o planejamento familiar e outras questões permaneceram no âmbito das discussões privadas, feitas em pequenos “grupos de reflexão”, sem ressonância pública. (SARTI, 2001, p.38)



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

As mulheres não tinham e não tem liberdade total perante a Igreja mesmo que estejam lutando contra um mal comum pois há o estigma da mulher pecadora que foi disseminado pela Igreja católica, além da proteção ao casamento, independente das violências que ocorrem dentro dele, os tabus em relação à sexualidade e em relação ao aborto, situações estas que inviabilizam um apoio amplo da ordem religiosa a questão feminista.

Porém, mesmo com essas desavenças, o berço religioso permitiu que as mulheres se organizassem de forma segura e saudável em associações de bairro ou dentro das próprias Igrejas em reuniões sigilosas para se fortalecerem como um grupo estabelecendo assim, aos poucos, os ideais de sororidade e união entre as mulheres.

A luta armada propriamente dita

A luta armada na ditadura brasileira contou, conforme mencionado, com o surgimento da expressão do movimento feminista no Brasil. Essa expressão se mantém até hoje, e mantém a mesma roupagem.

O movimento feminista no Brasil é e era preponderantemente formado por ex presas políticas, por mulheres de diferentes posicionamentos quando a questões mais globais, saídas do exílio, tanto sentimental e

social quanto físico, vinculadas a grupos sociais específicos, ou autônomas.

Importa salientar que o feminismo no Brasil é um movimento que abarca todos os tipos de mulheres que se sintam de alguma forma oprimidas pelo mundo “dirigido” pelos homens a sua volta. E o feminismo na luta armada manteve essas bases.

A única diferença foi que, além de lutar por direitos individuais e sociais próprios do feminismo, lutou-se também pela instauração de uma democracia, por salários mais justos e por condições mais dignas de viver além da luta pela liberdade de expressão. Houve uma união com a luta masculina, porque o mundo não é só deles.

Além disso, o feminismo no Brasil, ambicioso como era e como é, introduz também no contexto da ditadura uma perspectiva mais individual e íntima, lutando por direitos concernentes à mulher, como a liberdade sexual e a questão do aborto, além de outros direitos subjetivos, situação que não era levada em consideração na direita tradicional. (TELES; LEITE, 2013). Assim, o feminismo brasileiro não apenas iniciou um novo movimento social, mas serviu para mostrar como a noção de coletividade na esquerda estava e ainda está ligada a direitos objetivos, sem atentar apropriadamente para questões individuais, que são tão importantes quanto.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

E isso tudo era mapeado e modificado no cotidiano da luta armada, pois as mulheres se organizavam em diferentes frentes de combate e atacavam diferentes ângulos para participar efetivamente da luta armada.

Havia desde professoras que, alfabetizando os operários das fábricas, incutiam neles os ideais e estratégias revolucionários, motivando-os para que entrassem em greve, a mulheres guerrilheiras, que pegavam em armas e atiravam nos homens da oposição (TELES; LEITE, 2013). A união era grande e fervorosa e a partir dela começou-se a valorizar a versatilidade feminina, pois, como diz Saffioti: “nota-se, claramente, que a vida de mulher varia segundo a classe social dos elementos do sexo feminino. ” (SAFFIOTI, 2001)

Para retomar a democracia era necessário não apenas difundir ideais revolucionários, mas também trazê-los para a prática e isso se deu através da luta armada. As mulheres que aderiram ao movimento se inseriram nessas duas frentes e atuaram tanto na disseminação dos ideais da guerrilha como nas ruas nos embates com armas de fogo.

Mulheres de todas as classes sociais uniram-se neste movimento de retomada da liberdade e de reestruturação do feminismo no Brasil, pois, mesmo com a diferença em relação a condições financeiras, a opressão

contra a mulher vem do mesmo lugar, do pensamento equivocado de que são menos importantes para o desenvolvimento da sociedade.

Porém, a união feminina era apenas feminina. As mulheres apenas contavam com o apoio e ajuda umas das outras para não serem rechaçadas dentro do movimento por militantes homens. Essa rede de apoio se dava em espaços menos violentos, mas não menos opressores, como fábricas, escritórios e outros espaços de trabalho e convivência. As mulheres se organizavam em grupos chamados “donas de casa” ou “clubes das mães” para assim não levantar suspeitas e impedir o acesso de homens que não estivessem participando da militância contra a ditadura. (TELES; LEITE, 2013)

E essa falta de união entre homens e mulheres não ocorria apenas no cotidiano falsamente pacífico do trabalho, mas também na própria luta armada, onde, teoricamente, lutávamos lado a lado, pelos mesmos direitos e ideais. Era exigido das mulheres um comportamento masculinizado para atuar nas frentes de batalha, devendo assim abandonar sua feminilidade. Mas mesmo as que se aproximavam desse patamar exigido pelo comando não chegavam a constituí-lo, sendo mais uma vez excluídas da própria luta, por homens, pelo simples fato de serem mulheres.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Heleieth Saffioti traz um excerto que coaduna perfeitamente com essa situação:

É lamentável, repita-se, que o ser humano, no caso o homem, só venha a reconhecer na mulher um seu igual através da atividade guerreira, quando há milhares de outros setores de atuação humana em que as mulheres se mostram capazes. (SAFFIOTI, 2001, p.13)

Não é o biológico que influencia a personalidade feminina, e concomitantemente, que não é o biológico que determina e fundamenta os preconceitos e a opressão feminina pelo homem, mas única e puramente a construção social, independentemente de ideologias, pois no contexto da luta armada, há uma organização própria do comunismo, e na ditadura há uma cultura hegemônica própria do capitalismo:

O argumento biológico só foi utilizado a fim de mostrar a ausência de fundamentação científica da ideologia da "inferioridade" feminina. Por outro lado, este argumento serve também para revelar, mais uma vez, a elaboração social de fenômenos orgânicos, portanto, naturais. Ademais, a elaboração ideológica caminha em sentido oposto ao das evidências orgânicas, pois as tábuas de vida da maioria esmagadora dos países mostram que as

mulheres são mais longevas que os homens. (SAFFIOTI, 2001, p.13)

O que acontece é que são designados papéis sociais desde o nosso nascimento e que são perpetuados para manter a opressão, como escreve Saffioti, em "O poder do macho":

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem. (SAFFIOTI, 2001, p. 08)

CONCLUSÕES

Depois dessas deliberações, percebe-se que o caminho a ser seguido não é uma desconstrução apenas metodológica, como já está sendo implantada por escritoras e escritores feministas, mas uma desconstrução de papéis sociais e de entendimentos sobre a capacidade feminina dentro dos contextos em que são inseridas as mulheres.

Essa desconstrução já começou a ser traçada pelas militantes do movimento contra a ditadura e é dever moral das feministas que



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

nelas se espelham manter este caminho de retomada dos significados, tanto do que é ser mulher, quanto do que é gênero e de sua essencialidade na construção do mundo como o temos hoje.

Deve-se rememorar a importância da sororidade em prol de um bem maior que capte e atenda aos anseios femininos dentro de uma sociedade potencialmente igualitária, além da união que ocorreu entre homens e mulheres diante da luta para a reconstrução da democracia e revalidação dos direitos individuais e políticos.

Apenas com o reconhecimento da luta unificada, mesmo que com suas particularidades internas, será possível colocar as mulheres na história na posição e lugar que elas realmente ocuparam, o que conseqüentemente, trará a noção que as feministas tanto glorificam: de que mulher também é gente.

Referências:

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. 1ª ed. Educação & Realidade, 1995. 28 p.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho.** 11ª ed. São Paulo. Editora Moderna, 2001. 119 p.

SARTI, Cynthia. **Feminismo e contexto:** lições do caso brasileiro. Cadernos Pagu, 2001. 17 p.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina S. C. **Da guerrilha à imprensa feminista:** a construção do feminismo pós luta armada no Brasil (1975-1980). 1ª ed. São Paulo, 2013. 312 p.

MCKINNON, Catherine. **Feminism, Marxism, Method, and State:** An Agenda for Theory", Signs . By The University of Chicago, 1982, 541 p.